



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS
CLÁSSICAS – LIP

PEDRO HENRIQUE SANTOS MORAES

CAMINHOS CONTEMPORÂNEOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – DF

2020

PEDRO HENRIQUE SANTOS MORAES

**CAMINHOS CONTEMPORÂNEOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua como requisito básico para a conclusão de curso.

Orientadora: Professora Doutora Enilde Faulstich.

BRASÍLIA – DF
2020

AGRADECIMENTOS

Desenvolver um trabalho sozinho e viver a jornada universitária não é uma tarefa fácil, por isso preciso agradecer a todos e todas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste material e passaram pela minha vida durante a minha primeira graduação. Algumas pessoas precisam ser nomeadas, como: a Professora Enilde, um exemplo de docente e pessoa que no atual contexto demonstrou extrema paciência e ânimo para nos ensinar tanto; Rafael, um grande artista e um ser humano super paciente por aguentar todas as minhas loucuras; Victor, Sarah e Manu que me acompanham a tanto tempo; as *beloveds*, que também têm que aguentar as minhas falações e comentários infinitos sobre as ideias loucas; Júlia, por fazer parte da minha jornada universitária; Juliana e Adrielle por serem amigas sempre presentes e dispostas a me ajudar no que for necessário; e, por fim, meus pais e irmãos por me apoiarem.

Muito Obrigado!

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lextern) da Universidade de Brasília. Este trabalho debate o processo de internacionalização na contemporaneidade e o espaço que a Universidade de Brasília ocupa nesse processo. Também é apresentado os caminhos que a Língua Portuguesa traçou até chegar ao que é conhecido hoje. Além da questão histórica, são debatidas as políticas realizadas no Brasil e em Portugal, com o objetivo de difundir o português nos demais países do globo. Nesse aspecto, o curso de Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) é introduzido no debate, a fim de demonstrar a importância da formação de professores específicos, para atuarem no processo de ensino-aprendizagem de indivíduos interessados em aprender o português. Por fim, o debate chega à necessidade de se concretizar políticas que lancem a Língua Portuguesa em um cenário internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização; Língua Portuguesa; ensino; imigrantes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
O QUE É A INTERNACIONALIZAÇÃO?.....	7
HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	9
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS	13
BRASIL E PORTUGAL E AS POLÍTICAS DE DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	14
A UnB E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO: FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA DIFUNDIR A LÍNGUA.....	16
CONCLUSÃO	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

A Linguística, ciência que estuda os fenômenos da linguagem, é uma área que está em constante contato com outros ramos do conhecimento, pois o desenvolvimento de pesquisas em diversos momentos é interdisciplinar e a Geografia, a História, a Antropologia, a Sociologia estarão presentes no desenvolvimento de pesquisas que objetivam questionar o papel da língua nas sociedades.

Assim, dissertar sobre internacionalização requer entender o papel da língua portuguesa na contemporaneidade e traçar caminhos que proporcionem a difusão da Língua Portuguesa para falantes de outras línguas. Para isso, é necessário que profissionais eficientes sejam preparados para a coordenação de uma internacionalização de línguas de modo planejado.

Como internacionalizar? Como garantir que os estudantes que chegam ao Brasil e os que saem estarão prontos para uma comunicação plena? Essas são questões que norteiam esta pesquisa. Trabalhar como profissional graduado para o ensino de línguas envolve várias etapas, portanto, o profissional formado para o ensino da Língua Portuguesa a falantes de outras línguas deve estar preparado para atuar em todas as etapas. Nessa direção, o curso de Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), da Universidade de Brasília (UnB), apresenta um trabalho crucial no processo de internacionalização, porque é um curso que forma professores e professoras com o olhar direcionado para o ensino de Português àqueles que possuem outra língua materna. Os alunos da língua alvo precisam ter contato com materiais que os introduzam na realidade da língua portuguesa usada no Brasil e em outras partes do mundo. Desse modo, pretendemos apresentar a importância das relações exteriores no contexto da UnB e a importância da formação de docentes de PBSL.

O público-alvo deste trabalho são estudantes que chegam ao Brasil e que, por motivos específicos, precisam aprender a língua a fim de cumprir obrigações pessoais de formação graduada ou pós-graduada ou profissionais. Também é um trabalho destinado a qualquer estudante brasileiro que anseie ler mais sobre o espaço das línguas, no processo de internacionalização.

Assim, o objetivo é informar sobre o processo contemporâneo de internacionalização, tendo em vista que a língua portuguesa ainda precisa de ser amplamente difundida no mundo e, isso exige preparo de material que aborde esse assunto e apresente possíveis caminhos para que profissionais formados deem um passo de grande valor na ampliação do espaço do profissional de Letras-PBSL no processo de internacionalização da Universidade de Brasília.

Este livreto – um material informativo – tem como público-alvo estudantes de graduação e de pós-graduação. Assim sendo, a linguagem segue a formalidade necessária, sem que seja complexa, para que o material também possa ser útil em discussões ou palestras, destinadas à difusão da Língua Portuguesa para estrangeiros.

O QUE É A INTERNACIONALIZAÇÃO?

Formar cidadãos para o mundo é uma tarefa importante nas Universidades e centros educacionais porque a atualidade exige que um cidadão consiga se articular nos diversos espaços da sociedade. A troca de informação instantânea, a necessidade de aprender um idioma, viagens turísticas, entre outros fatores influenciam diretamente a vida das pessoas diariamente. Hoje, é impossível viver isolado, uma nação constrói relações com outras e nesse aspecto entra o papel crucial das universidades na formação de cidadãos para o futuro e no trabalho de internacionalização por meio de pesquisas, estudos, intercâmbios culturais etc.

A internacionalização é um processo amplamente debatido no meio acadêmico e existem autoras e autores que levantam este debate desde o início do século como Morosini (2006) e Stallivieri (2007). Morosini (2006) apresenta uma concepção sobre a internacionalização que é “relações entre as universidades. Por sua natureza de produtora de conhecimento, a universidade sempre teve como norma a internacionalização da função pesquisa, apoiada na autonomia do pesquisador” (MOROSINI, 2006, p. 108).

As universidades realizam trocas com outros centros de pesquisa, seja em nível nacional, seja em nível internacional. Por isso, o debate da internacionalização faz parte do cotidiano universitário. Internacionalizar é construir pontes, que servem como mecanismos de trocas e construção de conhecimentos, portanto, pensar este processo é complexo em diversos aspectos por envolver questões econômicas, linguísticas e culturais. De acordo com Stallivieri (2007) a universidade tem como um dos seus objetivos a internacionalização, pois, desse modo, os cidadãos terão a possibilidade de vivenciar o mundo por meio da troca de conhecimento e da ciência, e nesse debate entra também a questão do mercado global, portanto a internacionalização nos dias atuais é central.

Em levantamento bibliográfico foi encontrado uma ideia de 2016, proposto por Nóbrega (2016), no qual apresenta o conceito de internacionalização, este conceito apresentado pela autora não diverge dos outros dois citados anteriormente. De certo modo, as pesquisas

continuam alinhadas com aquilo que foi proposto na década passada, por isso, para a autora a internacionalização está ligada a dois temas centrais quando falamos da internacionalização da educação “1) internacionalização da língua, no sentido de propagar o idioma em escala global; e 2) internacionalização de determinada instituição educacional” (NÓBREGA, 2016, p.420).

Além dessas visões contemporâneas sobre a internacionalização é interessante apresentar um outro lado do que é o processo para um grande pensador do século XIX, Marx. Löwy (1998) apresenta que Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, já deixavam evidente a importância de existir diálogos e pontes entre as diversas nações do globo.

É evidente que Marx e Engels defendiam uma internacionalização a fim de construir a luta de classes e, conseqüentemente, o fim do sistema capitalista e todo processo de exploração dos proletários. Porém, o ponto de vista que Löwy se propõe a explicar é uma das maneiras de perceber que construir relações entre as nações não é uma ideia exclusiva do capitalismo e seus defensores, pois, “em uma sociedade ideal” não deve existir pontes e sim cooperações a fim de evitar todo tipo de exploração e para isso acontecer é crucial que haja comunicação (algo que envolve diversas línguas e todas as suas diferenças).

Mas como o foco é na atualidade, a internacionalização está diretamente relacionada à globalização, pois o mundo global amplificou as relações mundiais exigindo as trocas sociais e culturais. Inicialmente, tem-se a globalização como um dos pilares da internacionalização. A globalização “define-se como o mais intenso aprofundamento da integração política, econômica, social e cultural que a humanidade já presenciou, e é característica integrante do sistema de produção capitalista” (ALBUQUERQUE e NASCIMENTO, 2015, p. 62). No sistema capitalista vigente o processo de internacionalização da educação envolve vários atores e etapas, de acordo com Akkari (2011) existem grupos interessados na educação que podem ser “políticos, sociais, industriais ou financeiros, os *think tanks* (instituto de política), novos grupos de pressão como aqueles que defendem os padrões de qualidade e as associações de pais de alunos” (AKKARI, 2011 p.14).

Com isso em mente, entende-se que educação é uma área visada por muitos no sistema capitalista vigente, pois, como tudo no capitalismo, envolve questões econômicas e por isso há atores interessados e “preocupados” com as pesquisas e estudos relacionados à educação. Naturalmente, nas relações sociais, econômicas e educacionais a língua é o principal instrumento, pois possibilita a interação entre as partes envolvidas, sem a língua seria impossível existir todas as pontes interacionais construídas até os dias atuais. Desse modo, o debate deve ser feito a partir do questionamento de como inserir e ensinar a língua portuguesa na construção dessas pontes interacionais atualmente, porque "o homem globalizado é aquele

que está inserido num mercado e, por consequência, num canteiro linguístico, num multiculturalismo fenomenal" (FAULSTICH, 1996, p. 5).

O português é uma língua presente em nove países: Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Guiné Equatorial; Moçambique; Portugal; São Tomé e Príncipe; Timor-Leste. A língua está presente em quatro continentes: Europa; América; África; Ásia¹, porém, em cada um deles possui sua particularidade, por isso pensar em políticas de promoção de língua é uma tarefa complexa e delicada.

Em cada país a língua é divulgada da sua maneira, especificamente no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) administra algumas políticas e as universidades federais junto ao Ministério da Educação (MEC), especificamente com a Assessoria Internacional, elaboram seus programas educacionais, principalmente os de pós-graduação, buscando uma interação internacional. Portanto, faz-se necessário entrar no debate sobre o que é política, o percurso da língua portuguesa no mundo, quais desafios para a internacionalização e como internacionalizar.

HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua e seu espaço nas relações humanas

O ser humano é resultado de suas interações com o mundo, suas práticas sociais, e em questões linguísticas isso não se difere, pois, todos os elementos da sociedade influenciam diretamente nos processos linguísticos, como, por exemplo, questões sociais, históricas e culturais. Na globalização, essas questões são debatidas constantemente e vivenciadas por todos os falantes inseridos na sociedade. Os cidadãos vivem em sociedades com políticas elaboradas, pelos Estados a fim de manter uma soberania nacional.

As línguas têm história, pode parecer óbvio afirmar isso, mas não é de conhecimento de todos o percurso histórico que uma língua sofre para ser o que se conhece hoje e todos os processos que ela vive diariamente e que, conseqüentemente, geram mudanças em sua estrutura. Logo, para compreender o papel da língua portuguesa na sociedade contemporânea é crucial ter em mente a trajetória que esta língua percorreu. Esse comportamento não é característica da contemporaneidade como observa Serafim Silva Neto (1986), é apenas um reflexo de todas as

¹ Informações retiradas do site da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2597.aspx>. Acesso em: 10 out. 2020.

trocas históricas que as grandes potências mundiais elaboram há anos visando o lucro, porque essa ideia de lucro também não nasce com o capitalismo, sendo característica de todos os sistemas organizacionais que a sociedade já viveu:

As línguas são resultados de complexa evolução histórica e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização delas depende de condições sociológicas, pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão das mudanças. (SILVA NETO, 1986, p. 13).

Desse modo, políticas são pensadas sempre com o objetivo de realizar as manutenções de poderes das classes dominantes e, nesse aspecto, é fundamental pontuar o papel da igreja e do Estado feudal na construção das políticas, por exemplo. A partir da centralização estatal, a qual gerou uma noção de língua e poder é que movimentações começaram a acontecer para garantir a organização do Estado a fim de garantir que a dominação do povo continuasse por meio do uso da língua para manter as relações de poderes dominantes na sociedade.

A igreja também possuiu um papel fundamental na popularização das línguas vernáculas e sua divulgação, pois desenvolve, com os estados, uma política de alfabetização em massa, que nasce com o objetivo de alfabetizar as pessoas nas línguas vernáculas a fim de garantir uma ampla difusão da bíblia, para as línguas escritas começarem a se popularizar e entrar no senso comum. Nesse aspecto, temos Martinho Lutero como uma das pessoas mais importantes neste processo de popularização do ensino, mesmo que a partir da religião, mas um passo dado e que foi significativo na criação de escolas e difusão de língua e conhecimento, segundo Barbosa (2007) Martinho Lutero defendia que as pessoas tivessem aulas de línguas clássicas para, assim, conhecerem as escrituras originais e compreenderem a palavra original, fugindo de traduções errôneas, porém, também acreditava que era fundamental o ensino das línguas vernáculas e todo esse ensino era baseado na leitura da bíblia.

Essa contextualização é importante para a compreensão que língua e poder são fundamentais nos estados centralizados. A língua escrita (registro) só se tornou popular quando as elites julgaram que era importante, para manter um domínio da plebe e, por causa disso, começaram a divulgar algo que manteria a população ainda sob um processo de dominação, a religião. Nenhuma ação acontece sem que algum grupo privilegiado queira.

O percurso da língua portuguesa: do período histórico até a contemporaneidade

O caminho que as línguas percorrem até conseguirem ser o que são hoje é extenso e repleto de detalhes. A história da humanidade é feita de batalhas, conquistas, perdas e interações entre as nações. Essas trocas refletem até hoje no desenvolvimento de uma língua. O português

não nasce do vazio e sim de várias interações devidas ao movimento colonialista, que fez com que algumas línguas se movimentassem pelo globo e, ao mesmo tempo, tivessem contato com outras línguas, o que, conseqüentemente, gerou mudanças.

Dentro desse movimento linguístico é crucial apresentar a origem do processo que gerou algumas línguas contemporâneas. O Império Romano foi responsável por grande parte da movimentação do latim pela Europa, movimentação que foi intensa devido a todo o poder que este Império conquistou na antiguidade. Nessas movimentações, o Império conseguia conquistar outros povos, que possuíam diferentes línguas maternas, mas segundo Ilari (1999) os romanos não obrigavam a seus conquistados o uso constante do latim, fato que influenciou diretamente na mudança linguística.

Ivo Castro (2008) apresenta uma extensa pesquisa sobre o português e o espaço geográfico ocupado pela língua. A língua portuguesa nasce no noroeste da Península Ibérica, numa região que coincide com os territórios da atual Galiza e norte de Portugal. Na Península, o latim chegou em 218 a.C. levado pelos romanos. Em 411 ocorre a invasão dos suevos, que começaram a utilizar o latim como língua para se comunicar. Com a utilização da língua por esses dois povos, deu-se início a mudanças profundas na estrutura da língua gerando, assim, algum tempo depois, o galego e o português. Segundo Faraco (2019) vários processos ocorreram no mesmo período em diferentes regiões do antigo Império Romano do Ocidente, o que deu origem às diferentes línguas românicas modernas.

Nesse processo, considerando o contexto histórico, o português, e todo o território que o compreende, passou por diversas situações, pois o processo de mudança linguística não é harmonioso, sempre há resistência de uma parcela populacional em aceitar as mudanças, como toda interação humana. Também é válido ressaltar que ocorre outras etapas sucessivas de progresso das mudanças dentro dos grupos sociais. Para ser o que é hoje, a língua portuguesa sofreu diversas influências e, para a língua ser reconhecida precisou de diversos atores engajados em escrevê-la e divulgá-la no território europeu:

Afonso X de Castela, monarca e protetor das letras, escreveu em português grande parte de sua produção lírica, conformando-se aparentemente a uma opinião corrente segundo a qual, das línguas ibéricas, o português era particularmente apropriado para a expressão dos sentimentos ao passo que o castelhano deveria ser preferido para a épica e a história. (ILARI, 1999, p.217).

A língua só foi ser chamada de "português" por volta de 1450, muito tempo depois portanto do reinado de Afonso X, mas essa atitude do monarca é fundamental para normatização e divulgação, pois ela começa a ser reconhecida oficialmente como língua

portuguesa, porque, no momento em que monarcas e conhecedores das letras começam a difundir os seus escritos em determinada língua, é que o processo de divulgação tem início e determinados grupos sociais têm acesso ao registro. Como é amplamente divulgado, o português é derivado do ramo das línguas românicas, mas até chegar ao que é conhecido na Europa, África, Ásia e América ele passou por diversos contatos e situações históricas que o levaram a se modificar e se tornar o conhecido português contemporâneo.

Após todo esse processo, a língua começou a ser divulgada pelo mundo devido à expansão marítima do reino de Portugal (é importante frisar que as relações econômicas globais não nasceram no século XXI). A língua foi estabelecida por falantes “ao longo da costa ocidental e oriental do continente africano, alcançando a Índia em 1498, a América em 1500, a China em 1513, o Timor em 1515 e o Japão em 1543” (FARACO, 2019, p. 95).

O português durante todo esse período de expansão e exploração marítima tornou-se uma língua de grande valor nas negociações econômicas como também, de acordo com Faraco (2019), chegou a ser utilizada como língua franca nos processos de negociação. Pelo seu uso em diversas situações e lugares começaram a surgir *pigdins* e línguas crioulas com base na língua portuguesa. De acordo com Couto, o *pigdin* emerge “quando povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato, e esse contato perdura” (COUTO, 2009, p. 99). A língua crioula é um processo linguístico longo que passou por algumas fases. Ainda de acordo com Couto é um processo resultante do

[...] contato de povos de línguas mutuamente ininteligíveis que, sobretudo durante o período de colonização da África, Ásia e América pelas potências europeias, passaram a conviver em um território comum, frequentemente em ilhas ou em fortes costeiros. [...] as línguas crioulas apresentam uma gramática relativamente simplificada em comparação tanto à língua do povo dominante quanto às línguas dos povos dominados ou de substrato.” (COUTO, 2009 p. 107).

Essas informações históricas demonstram como o português já ocupou um grande espaço no mundo e continua ocupando, pois só de falantes da língua portuguesa há de acordo com Oliveira “221 a 245 milhões de falantes como primeira ou como segunda língua em variado graus de proficiência” (OLIVEIRA, 2013, p. 411.). O português devido a todo o percurso do reino de Portugal ocupa lugares em diversos *rankings* por causa dos expressivos números de falantes e o espaço território ocupado no globo. Por isso, quando o tema é internacionalização da língua portuguesa é necessário ter em mente todo o potencial que essa língua tem e todo o espaço que pode vir a ocupar se políticas forem bem pensadas e executadas.

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Neste trabalho, reafirmamos que compreender política é fundamental para a organização de uma sociedade em todas as áreas, e, por isso, no nosso caso, enfatizaremos conteúdos relacionados às políticas públicas, educacionais e educativas de ordem linguística, que dizem respeito à internacionalização de línguas.

Como apresentado na parte anterior, a internacionalização é um processo antigo, mas que atualmente e, nas condições contemporâneas, ganhou um espaço importante na globalização e em todas as relações que são estabelecidas diariamente. Está configurada na própria expressão que *internacionalização* se compõe do prefixo *inter-* que favorece a vinculação a diversas áreas sociais. Daí que rever conceitos de alguns termos relacionados é necessário, como o de SILVA (2011, p.35), quando afirma o “conceito de Educacional como sendo ações impositivas advindas de órgãos regulamentadores da Educação no Estado. Já o Educativo, são ações de implementação de práticas educacional de forma coletiva”.

Política educacional, para Akkari (2011), é algo que está totalmente relacionado à escola e aos anseios da sociedade sob tal assunto, por essa razão, na contemporaneidade, as políticas educacionais são debatidas de diversos modos e em diversas situações dentro de um sistema democrático. O autor também destaca que essa discussão ganha mais força durante o processo eleitoral, pois os candidatos apresentam diversas propostas para melhorar a educação. A educação é uma área que recebe muita atenção e é interessante ter em mente que as políticas educacionais englobam quatro componentes “legislação (leis e regulamentação escolar); financiamento (recursos e orçamentos); controle da execução (administração e gestão das instituições de ensino); relações com a economia e a sociedade civil.” (AKKARI, 2011, p.11).

Desse modo, as políticas educacionais servem para definir e garantir o que a sociedade precisa receber, o tipo de investimento que será realizado e qual o público que será atendido; o autor também afirma que as políticas educacionais estão diretamente ligadas ao sistema de governo. A principal questão que aqui apresentamos é saber como difundir a língua portuguesa no mundo, tendo em vista que o objetivo é levar o português para lugares distantes e demonstrar, nos espaços de discussão das políticas externas entre países, que o português é uma língua que deve ser amplamente divulgada e ensinada para que seja usada nas mesas de negociação diplomática e comercial. Sobre a difusão, Maria Helena Mateus, declara para a língua portuguesa tanto por Portugal quanto pelo Brasil que é essencial:

Política linguística que a promovam como um eficaz instrumento de escolarização e uma referência cultural e sociopolítica. Este é um compromisso que os governos têm de assumir como uma opção política. Mas as opções políticas não existem no abstrato. Ou seja: para que a opção política se concretize, é preciso estabelecer os objetivos a atingir, as estratégias a desenvolver e as táticas a aplicar. (MATEUS, 2002, p.4)

Nesse sentido, é importante acrescentar à discussão o plano de internacionalização da Universidade de Brasília que apresenta, no texto original, pontos essenciais relacionados a globalização do ensino. Porém, para a realização de certos objetivos e metas, é mais do que necessário somente falar sobre a língua, visto que ensinar língua portuguesa para quem chegar aqui e formar pessoal capaz de viver com autonomia em um mundo globalizado é uma tarefa que demanda muita atenção. Para os alunos que chegam aqui, é importante desenvolver a política de uso da língua portuguesa com o objetivo de gerar um ambiente harmonioso como um espaço capaz de transitar informações em que todos os atores em cena estejam confortáveis com as trocas informacionais em duas línguas, a primeira e a segunda, “porque a representação requer que se ponha uma língua em lugar de outra” (FAULSTICH, 2015, p. 2).

Difundir uma língua em no máximo de espaços possíveis é fazer as pessoas terem interesse em estudar aquela língua, é ensiná-la com métodos adequados para que o outro aprenda. E mais ainda, as políticas externas são essenciais desde que estejam em harmonia com diversas áreas do conhecimento afins, como a geografia, a história, a economia, entre outras, e ajustadas com a formação de docentes, principalmente, para que a difusão se faça ajustada a uma formação de falantes competentes.

BRASIL E PORTUGAL E AS POLÍTICAS DE DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Brasil e Portugal, de certo modo, sempre estiveram ligados. Não cabe neste trabalho discorrer sobre as relações que foram estabelecidas ao longo da construção histórica de ambas as nações, mas é importante analisar, atualmente, como é possível desenvolver parcerias para garantir uma verdadeira expansão da língua portuguesa do Brasil, no cenário internacional. Existem outros países que também têm a língua portuguesa como oficial, porém o foco, neste trabalho, está voltado para Brasil e Portugal, porque temos o país com o maior número de falantes – Brasil – e o país que mais investe na difusão da língua – Portugal –, visto que as relações geopolíticas e econômicas entre nações articulam no mercado mundial interesses políticos, sempre almejando o lucro no sistema capitalista. Para se verificar a importância dessas relações na difusão da língua portuguesa por países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), serão analisados o Programa LEITORADO, do Ministério das

Relações Exteriores do Brasil (MRE), e o Instituto Camões (IC), de Portugal, instituições que visam à difusão da Língua Portuguesa.

O Programa Leitorado ajuda financeiramente professores e professoras interessados em difundir a cultura brasileira em instituições universitárias estrangeiras. As vagas para o leitorado são regulamentadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) desde o século passado, especificamente em 1999, com parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)². Mas o Programa Leitorado ainda é uma iniciativa pequena, mesmo no espectro de divulgar a cultura, pois no último edital foram disponibilizadas apenas 20 vagas, para as diversas Universidades. E, para cada vaga, quase todas as universidades exigiam nível mínimo de mestrado, o que demonstra que os setores acima citados não conhecem a formação de licenciados da UnB para o ensino de português a falantes de outras línguas. Assim sendo, o programa oficial do governo brasileiro atinge uma quantidade ainda muito pequena de pessoal especializado para levar o português além das fronteiras brasileiras. A formação de professores no curso de Português do Brasil como Segunda Língua da Universidade de Brasília é feita em universidade pública, que pertence aos quadros de política educativa do Governo Federal e que, por isso, precisa oferecer aos professores formados semestralmente condições para difusão nossa língua, dando-lhes oportunidade de exercer a profissão em mercado de trabalho consistente e não deixando que esses profissionais a atuem, como vem acontecendo há muitos anos, de modo autônomo sem que esse trabalho profissional, no ensino, contabilize nas estatísticas do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Por sua vez, o Instituto Camões de Portugal (IC), fundado em 1992, já nasceu com o objetivo específico de difundir a língua portuguesa no mundo. Um passo de grande importância para o país, pois é um órgão estatal e tem como único objetivo difundir o idioma. Nessa tarefa, está muito à frente do Brasil, porque a língua não deve ser deixada em segundo plano se o objetivo for ocupar espaço na política internacional. O IC tem como principal objetivo difundir a língua e a cultura portuguesa e, para cumprir essa missão, propõe-se a executar diversas políticas em vários países. Vale observar que a política linguística desse Instituto não está presa às universidades; o IC também desenvolve ações da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Neste momento de pandemia da Covid-19 (em 2020), o Instituto Camões consolidou políticas e parcerias mundiais com o objetivo de projetar o português no mundo, como afirma Pinto (2020): “o Camões, I.P. projeta uma rede EPE presente em 74 países com 320 professores,

² Disponível em: [Programa Leitorado \(capes.gov.br\)](https://capes.gov.br). Acesso em: 15 out. 2020

170 mil alunos – dos quais 70 mil no pré-escolar, básico e secundário, 84 centros de língua portuguesa, 51 leitores, 57 cátedras e 174 bolsas de estudo”. Isso demonstra que a política linguística e o projeto de internacionalização da língua constituem objetivos primordiais do governo português, visto que as pessoas precisam continuar a aprender línguas, malgrado o momento epidêmico.

Dentro desse panorama, é crucial estabelecer pontes entre Brasil e Portugal. É necessário que a política do Século XXI, entre esses países, seja uma política de cooperação, que vá além fronteiras para ocupar também um espaço que o português tem a capacidade de cooperar. O Brasil tem vasta e diversificada cultura, que já se difunde pela internet; músicas, filmes e novelas que ganham, cada vez mais, espaços no cenário internacional.

O Estado brasileiro também precisa despertar para a importância da criação de um órgão responsável pela difusão das línguas nacionais – além do português, as indígenas, a língua de sinais e outras que estão no cenário interno – assim como da literatura, que representa o pensamento brasileiro. Nessa direção, afirma Faulstich que “no mundo globalizado, o progresso da integração se faz por meio de projetos institucionalizados de políticas em que as línguas ocupam lugar de destaque” (FAULSTICH, 1996, p.20). Investimento nessa área é construir uma política mais amigável com o mundo por meio de políticas linguísticas e culturais.

Os responsáveis pelo desenvolvimento de políticas devem estar mais próximos das pesquisas desenvolvidas nas universidades federais, uma vez que é nesse espaço que são pensadas, de modo crítico, ações com práticas a serem aplicadas na sociedade. Nada surge do nada e, para uma ação política gerar um efeito na sociedade, é necessário que a ciência se faça presente.

A UnB E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO: FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA DIFUNDIR A LÍNGUA

Sobre o processo de internacionalização da língua portuguesa, é possível afirmar que a Universidade de Brasília deu um passo importante em 1998, quando criou o curso de Licenciatura Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), pois é curso que se assenta em políticas linguísticas voltadas para formação de professores específicos que compreendem os anseios de aprendizagem de imigrantes, estrangeiros, indígenas e surdos que querem ou precisam aprender o português como segunda língua.

A graduação Letras–Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) já foi criado com formação destacada para a internacionalização da língua e da cultura, sob ponte de vista crítico e respeitoso em relação ao outro, em vista de garantir autonomia aos estudantes falantes de outras línguas em suas ações no futuro, como desenvolvimento no conhecimento das matérias que aprendem, desempenho na comunicação diária em diversas situações, entre outras do cotidiano. Grannier explicita as ações assim:

O profissional do ensino de português como L2, é portanto, em primeiro lugar, um especialista em língua portuguesa: além de ser um usuário da língua portuguesa, nativo ou não, ele conhece essa língua, podendo tomar decisões responsáveis (com repercussão de longa duração), tais como qual a variedade, o registro ou a modalidade de português ensinar. Além disso, tem consciência das diferenças que existem entre a gramática da língua oral e a gramática normativa, sabendo “gerenciar” essas diferenças. Sabe traduzir suas opções na seleção de textos orais ou escritos que apresentem características fonológicas, gramaticais, semânticas e pragmáticas coerentes com seus objetivos. (GRANNIER, 2001, p.6).

Assim, o Curso de Letras–PBSL integra os graduandos e os egressos no desenvolvimento de políticas e prepara o profissional para um ensino de qualidade. A criação e organização do PBSL ilustra claramente políticas de formação de professores, que se coadunam com o que diz Akkari (2011 p.110): “A alternativa da política educacional em confiar a formação de professores a instituições de nível superior tem como objetivo propiciar aos professores uma formação mais científica e menos baseada em ‘receitas’”.

É preciso, agora, deixar registrado quais são as intenções do Plano de Internacionalização da UnB. Lançado em 2018, o *Plano De Internacionalização da Universidade De Brasília (UnB)* com vigência de 2018-2022 é um projeto elaborado sob supervisão da reitora Márcia Abrahão e do vice-reitor Enrique Huelva; nesse documento são apresentados os parâmetros e as metas para efetivar a internacionalização da Universidade de Brasília e divulgar a pesquisa de ponta gerada para o mundo. No plano, estão citados a importância da língua e o passo pioneiro que a Universidade tomou quando investiu na criação de um curso destinado à formação de profissionais para difundir a língua.

O documento, dividido em três partes, apresenta os passos com que a UnB busca efetivar a internacionalização prescrita:

O primeiro informa sobre o presente da internacionalização na UnB, oferecendo dados relativos às estruturas, políticas e iniciativas vigentes, além de um breve diagnóstico em termos de potencialidades e desafios para a internacionalização em cada uma das dimensões focalizadas no campo acadêmico: ensino, pesquisa e extensão. O segundo capítulo apresenta as diretrizes que devem orientar as políticas linguísticas, de mobilidade, de comunicação, de pesquisa e de cooperação internacionais, com vistas a potencializar as competências já estabelecidas na Universidade, mas também desenvolver novas estratégias para a consolidação da UnB em circuitos acadêmicos internacionais. O terceiro capítulo detalha objetivos, ações e prazos, correlacionando-

os com as atividades acadêmicas e de gestão diretamente implicadas na consecução deste Plano. (UnB, 2018, p. 6)³.

No Plano de Internacionalização da UnB, estão expostas as políticas e as diretrizes para a internacionalização, porém, esse é um processo que envolve diferentes atores sociais e diferentes questões de ordem política e Geopolítica. Essa, um ramo da Geografia, tem como um dos seus principais objetivos entender os fatos atuais e o desenvolvimento dos países, por meio do objeto de estudo e das relações estabelecidas entre o poder político e os espaços geográficos. Cabe observar que, como apresentado no plano, a Universidade de Brasília está localizada no centro do país, na Capital Federal, setorização que é de extrema importância no desenvolvimento de políticas de ação e que visam o crescimento e a divulgação de metas internacionais, uma vez que Brasília, também, sedia todas as embaixadas dos países estrangeiros.

Ainda na perspectiva da geopolítica, trazemos o que diz Magnoli: “o encontro histórico entre a geografia e o Estado”; e mais: a “geopolítica, entretanto, não concerne unicamente a soberania dos Estados. Ela concerne aos direitos civis, às liberdades públicas, à vida dos homens e das mulheres que residem nos espaços delimitados pelas fronteiras.” (1986, p.12). Rizzi (2015) explicita que no cenário contemporâneo as relações econômicas são:

Uma economia-mundo, nesse sentido, é constituída por uma divisão de trabalho integrada por meio do mercado e não por uma entidade política central, na qual duas ou mais regiões cultural e politicamente diversas são interdependentes economicamente. O moderno sistema-mundo é uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados-Nação que, juntos formam o sistema mundial. (RIZZI, 2015, p.18).

Essas ilustrações servem para demonstrar que o contexto universitário não fica de fora das trocas internacionais; a educação é um dos produtos no mercado capitalista, por isso existem tantos atores sociais envolvidos. Como é sabido, as pesquisas científicas são fundamentais para o avanço da humanidade, e a educação é peça crucial nesse contexto. Além disso, o debate se funda na formação de docentes para atuar no mundo atual. O mundo das tecnologias e de trocas instantâneas criam objetos novos constantemente.

Hoje é mais do que necessário amplas relações entre países, por isso, conhecer as línguas faladas por outros povos é essencial, bem como saber os limites culturais para que assim haja harmonia nas negociações. As universidades se articulam nessa perspectiva, pois docentes e alunos de pós-graduação já realizam trocas internacionais há algum tempo. O foco deve agora

³ Disponível em: <http://www.int.unb.br/br/institucional/plano-de-internacionalizacao>. Acesso em: 10 nov. 2020.

voltar-se também para os alunos de graduação, visto que esse público pode ocupar um espaço de grande relevância nas atividades de internacionalizar línguas, como relembra Nóbrega (2016):

Para criar maior visibilidade internacional, os intercâmbios estudantis estão na rotina das instituições, preocupadas em se manter visíveis no concorrido mercado educacional da atualidade. Como exemplo, vale lembrar o Ciência sem Fronteiras, ambicioso programa de mobilidade para estudantes de graduação e pós-graduação. (NÓBREGA, 2016, p. 420).

Nessa relação, a economia precisa das línguas para efetivar trocas comerciais; o turista sente-se mais seguro se conhece a(s) língua(s) do local visitado; as empresas multinacionais precisam de pessoas habilitadas em línguas, nos diversos países onde estão presentes e, para a capacitação, a universidade precisa investir no ensino de línguas estrangeiras para os alunos nativos e no ensino de português para aqueles que já chegaram ao Brasil e para os que chegarão.

CONCLUSÃO

Internacionalizar línguas é uma exigência do mundo novo; é tarefa central e urgente, motivada pela economia global. A ampliação dos espaços internacionais para o Brasil, por meio das trocas culturais já ganharam proporções grandiosas com o advento da internet e demais tecnologias, mas a Língua Portuguesa ainda não tem a mesma difusão que corresponda ao tamanho e à importância do País.

As informações apresentadas, ao longo deste trabalho de final de curso, fruto de muito estudo e pesquisa no nível da graduação, serviu para evidenciar a consciência linguística e alguns fundamentos de políticas linguísticas que se efetivam para o reconhecimento da internacionalização da Língua Portuguesa como um objeto de política de línguas nos mercados internacionais. Procuramos demonstrar a importância de pensar meios de integração da Universidade nos espaços internacionais, visto que é da natureza das universidades a extensão de conhecimentos e a inovação de pesquisas realizadas, também, por estudantes de graduação. Essas são oportunidades para expandir os conhecimentos adquiridos em sala de aula, com vistas a amplificar a difusão da língua e cultura brasileiras.

Com formação consistente, adquirida no curso de Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua – PBSL, os discentes formados pela Universidade de Brasília, estão aptos a participar de um plano de internacionalização, primordialmente para o ensino e difusão da Língua Portuguesa. Para isso, um dos pilares da política de ensino e de difusão pode ser a

participação de estudantes e de egressos de PBSL em projetos que garantam segurança para a realização das atividades docentes.

Ademais, relembramos que o trabalho de internacionalização da Língua Portuguesa se desenvolvido com Portugal, por meio do Instituto Camões, e com outros países da CPLP, por meio do Instituto da Língua Portuguesa – IILP, com sede em Cabo Verde, configurará um investimento internacional de tamanha relevância para o governo brasileiro. Mais estudos nessa área precisam ser desenvolvidos, para que o entendimento de novos espaços seja ampliado e, dessa modo, seja demonstrada que a formação de docentes em PBSL traz recursos de diversas naturezas para a UnB.

Por fim, consideramos que a presença de linguistas estrangeiros na universidade também deve estar na pauta de planejamento de internacionalização da universidade, para que se consolidem políticas linguísticas com a variedade requerida. É preciso que a UnB supere barreiras linguísticas, visto que a UnB já ocupa e continuará ocupando espaços pioneiros no desenvolvimento científico brasileiro. Com o incremento da internacionalização da Língua Portuguesa e pela Língua Portuguesa, a posição da UnB crescerá nos *rankings* das melhores universidades do mundo.

REFERÊNCIAS

AULETE, C. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. org. Paulo Geigner. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas públicas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALBULQUERQUE, J.; NASCIMENTO, A. A. C. Territorialidade cultural em tempos de globalização: uma análise da atuação do estado e de centros culturais. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos v. 9, n. 1, p. 61- 65, 2015.

BARBOSA, L. M. R. As concepções educacionais de Martinho Lutero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.1, p. 163-183, jan./abr. 2007.

CASTRO, I. **Introdução à história do português**. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

COUTO, H. H. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FARACO, C. A. **História do português**. São Paulo: Parábola, 2019.

FAULSTICH, E. Impacto da globalização na difusão de idiomas. Conferência plenária. In: **Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño – ICUB**. Montevideo, Uruguai, outubro de 1996.

FAULSTICH, E. Harmonização entre línguas como um mecanismo de política linguística no Brasil. Conferência plenária. *In: Língua Portuguesa: unidade na diversidade*. Lublin, Polônia, novembro de 2015.

GRANNIER, D. M. Perspectivas na formação do professor de português como segunda língua. *Cadernos do Centro de Línguas*, Volume 4, USP, 2001.

LÖWY, M. Por um novo internacionalismo. *Lutas Sociais*, PUC-SP, São Paulo, n. 5, p. 97-106, jul. /dez. 1998.

MAGNOLI, D. **O que é geopolítica**. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

MATEUS, Maria Helena Mira. **Uma política de língua para o português**. Conferência *In: Universidade de Compostela*. Chile, maio de 2002.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 107-124. Editora UFPR, 2006.

NÓBREGA, M. H. Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 24, n. 2, p. 417-445, 2016.

OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas n (52.2): 409-433, jul./dez. 2013.

PINTO, A. G. Novo ano letivo terá 170 mil alunos em 74 países a aprenderem a língua portuguesa. *Mundo Português*, Lisboa, 13 out. de 2020. Disponível em: https://www.mundoportugues.pt/novo-ano-letivo-tera-170-mil-alunos-em-74-paises-a-aprenderem-a-lingua-portuguesa/?fbclid=IwAR3uKqdNvk3qnlusAT_Iitr5GnqRPMNJ2IZMGoXgtr9vql-ipy_3hDWEU4 ANEXOS. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

RIZZI, K. R. **O grande Brasil e os pequenos PALOP**. Porto Alegre: Editora leitura XXI/CEBRAFRICA, 2014.

SILVA NETO, S. **História da língua portuguesa**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVA, Vânia Alves da. **A implementação da Lei nº 10.639/03: uma análise de política linguística e proposta de planejamento linguístico**. 2011. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2011.

STALLIVIERI, L. **O processo de internacionalização das instituições de ensino superior**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2007.

UnB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Assessoria de Assuntos Internacionais, INT**. Plano de Internacionalização da UnB. Publicado em: 12 maio 2018. Disponível em: <http://www.int.unb.br/br/institucional/plano-de-internacionalizacao>. Acesso em: 15 de nov, de 2020.